

_____RESENHAS_____

SCHLEE, Günther. *How Enemies are Made: Towards a Theory of Ethnic and Religious Conflicts*. Nova York: Berghahn Books, 2008. 194 p.

ARIEL ROLIM*

How Enemies are Made foi editado em 2008 pela Berghahn Books, editora europeia voltada para publicações de ciências sociais, sobretudo de temas políticos. Günther Schlee, o autor, é professor do Max Planck Institute for Social Anthropology, na Alemanha, instituição fundada em 1999 e já conhecida pela qualidade das pesquisas envolvendo temas de Antropologia Política, conflitos e realidades pós-socialistas. Escrito em inglês, o livro desperta interesse tanto pelo aspecto teórico como temático, ao trazer à análise antropológica o processo de constituição dos inimigos. Escrevendo em estilo sóbrio, claro e conciso, Schlee declara expressamente que a ambição do livro é “dar um passo em direção a uma nova teoria do conflito” (p. 22). Baseando-se em ampla experiência de campo no nordeste da África – desde 1974 –, a obra resulta da experiência do autor como consultor da ONU e agências de auxílio na resolução de conflitos. Segundo ele, ao fazer, ao fim do livro, uma “atualização” dos fatos históricos até aquele momento, a batalha dos historiadores está perdida de antemão. Assim, atendo-me aqui a sua contribuição teórica. De acordo com Schlee, os dados etnográficos que traz devem ser vistos como “ilustrações” a seu aporte teórico (p. 108), notadamente acerca do caráter relacional das identificações políticas (i.e. das percepções mútuas que as partes envolvidas no conflito tecem) e da necessidade de aplicação prática de tais ferramentas analíticas.

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas em 2009, Ariel Rolim está, atualmente, concluindo mestrado em Antropologia Social na mesma instituição. Suas principais áreas de interesse são: práxis, alteridade, formação do estado-nação, Angola, inimizade.

Schlee começa por apontar algumas das suposições teóricas das quais crê ser preciso se desembaraçar: de que as diferenças culturais e “etnicidades” seriam as causas dos conflitos; de que o embate entre grupos de culturas, assim reconhecidos, se basearia em antagonismos historicamente enraizados e inerentes; de que haveria uma necessidade universal de pertencimento étnico; de que etnicidade seria um marcador imutável do qual nenhum grupo poderia se furtar ou modificar; de que um povo seria uma comunidade de descendência partilhada; de que haveria uma equivalência entre um grupo étnico e um território específico (ou sua reivindicação) – o que supostamente explicaria as lutas por independência e soberania nacionais. A essas suposições, Schlee começa por contrapor diversos exemplos etnográficos, abrangendo desde os Bálcãs até a Birmânia estudada por Leach, mas com especial ênfase nos locais onde teve experiência *in loco*: o “Chifre da África” (norte do Quênia, sul do Sudão, Uganda, Etiópia, Djibuti e, especialmente, Somália). A partir desses exemplos, Schlee conclui que a etnicidade não pode existir a menos que um grupo tenha consciência dela – o que, na prática, significa que é assumida após instaurado o conflito. Isso implica que diferenças que até então não seriam consideradas relevantes, especialmente de ordem linguística – à qual dedica um capítulo –, são resgatadas como bandeiras de luta, o que vai ao encontro de uma série de evidências de frequentes conflitos de alta intensidade em que as diferenças são aparentemente pequenas. Poder-se-ia constatar, antes, que os conflitos ocorrem de modo surpreendente entre grupos semelhantes e que homogeneidade cultural não é garantia de harmonia.

A etnicidade aparece, portanto, como uma articulação política. Os conflitos podem se instaurar articulando um mesmo sistema cultural de signos em que a diferença, na forma de subsistemas, retrata a tomada de posições entre inimigos e aliados que se conhecem e partilham significados – a totalidade a ser analisada, aqui, vai além dos limites dos supostos grupos. Com relação a essa abordagem, é possível ver em todo o texto, de forma expressa, a influência do pensamento de Leach sobre o autor no que se refere à ideia de uma grande estrutura social na qual a variação das partes é o princípio constitutivo do todo.¹ Assim, o conflito pode deixar de ser visto como um espaço de relações de não entendimento e assumir os contornos de um jogo violento de concerto e produção de diferenças. A etnicidade passa a ser vista como constante reconfiguração no interior de uma relação de inimizade – uma espécie de alteridade negativa: “A fronteira entre o “nós” e o “outro” está constantemente sendo negociada” (p. 6). Ela pode ser muito antiga ou recente, mais plausível ou arbitrária segundo fundamentos históricos, mas não será isso que determinará a agressividade

¹ LEACH, Edmund. *Political Systems of Highland Burma*. Oxford: Berg, 2004.

com a qual é mobilizada. O “grupo étnico” aparece antes como um discurso, matéria-prima retórica de uma relação social mais ampla, do que como uma delimitação empírica de antemão. Suas fronteiras podem ser remodeladas segundo o ponto de vista do observador – etnicidades podem ser criadas ou ocultadas. Entretanto, destaca Schlee, deve haver um grau de *plausibilidade* nesse processo de construção que se reflete diretamente nos esforços de reportar-se a raízes históricas antigas como matéria-prima para reivindicações políticas, mas esse é um movimento do presente para o passado e não o inverso: “nada ‘deriva de suas raízes’” (p. 7). Por outro lado, também é possível falar em etnicidades alternantes, conforme as circunstâncias, com o trânsito de indivíduos por fronteiras étnicas. Nesse ponto, Schlee remete a clãs, no Quênia e arredores, existentes ao mesmo tempo em diferentes grupos étnicos – de diferentes matrizes linguísticas, inclusive – operando “pontes” e fornecendo margens para a manipulação intergeracional do pertencimento. A constatação dessas conexões frouxas e fronteiras permeáveis permite ao autor divisar a etnicidade não como causa do conflito, mas como processo de remodelamento e negociação emergente no seu decurso.

Para Schlee, guerras são sobreposições e interpenetração de fatores. Aspectos econômicos, étnicos, religiosos e ideológicos estão conjugados, não sendo possível falar em causas e epifenômenos. Na explicação da identificação de indivíduos e grupos com os partidos em disputa, há uma equação na qual estão presentes o cálculo de custos e benefícios, de um lado, e condicionamentos da estrutura social e sua representação cognitiva, de outro. Deve haver uma identidade plausível segundo as representações cognitivas ou campos semânticos existentes – um condicionamento estrutural. Não obstante, essa armação prévia será manipulada dentro desses limites, de acordo com os interesses em disputa, não havendo ordem de precedência, na prática. Com esse duplo movimento, o autor descarta a prevalência do indivíduo, atravessado por condicionamentos sociais, e circunscreve-o no interior de uma dinâmica de identificações que limitam sua possibilidade de escolhas. Assim, contrapõe-se a toda uma linha de estudos assentados na noção de “escolha racional”, uma vez que, na manipulação, as racionalidades são eletivas e instrumentais – permeadas por “forças emocionais”. No caso das lideranças políticas e seus interesses individuais, as escolhas são reguladas pelas condições de apoio dos partidários e, portanto, da plausibilidade estrutural das opções. Mesmo os “senhores da guerra” estão constrangidos por regras nos seus jogos, uma vez que não podem deixar de se avir com o requisito de um genuíno sentimento de pertencimento e consciência partilhada de “marcadores de identidade”, êmicos (em oposição, para o autor, aos “traços”, éticos), dos

seus subordinados – sejam eles fundamentados ou não –, e devem seguir padrões socialmente aceitos. Nesse sentido, há manipulação, mas não há “invenções” arbitrárias – as categorias identitárias são *construções* sociais, depois naturalizadas, nas linhas proporcionadas pela estrutura social e de significado.

Schlee coloca a dissuasão – definida por ele como a “credibilidade das ameaças e de seus efeitos sobre a resposta do oponente” (p. 18) –, tal como é conhecida nos círculos militares, no rol das teorias baseadas no suposto da escolha racional. Entretanto, se nos voltarmos para a dimensão social dos conflitos – que o próprio autor retrata na forma de grupos que se tornam semelhantes na dinâmica da disputa –, podemos nos referir, a partir dos casos que traz, a uma dimensão dissuasória coletiva não racional e para além do poder de escolha dos tomadores de decisão. Antes de haver uma administração da ameaça conhecida segundo as informações de que se dispõe, haveria uma eficácia pragmática do medo disseminado das ameaças desconhecidas. Essa proposição converge com o esforço para mostrar o conflito como um fato social, pois, como bem aponta o autor, é problemática a passagem entre o nível psicológico individual das lideranças, os grupos e organizações socialmente condicionados e a arena política internacional. Não podemos atribuir a um os pressupostos do outro; não é possível pensar em escolha racional do indivíduo em se tratando de fatos sociais – o que toda uma tradição sociológica tem alertado desde Durkheim e Mauss.

No capítulo intitulado “A Decision Theory of Identification”, Schlee propõe uma alternância estratégica mais ampla ou mais estreita de identificações – dentro de seus limites estruturais de *plausibilidade* – em movimentos de *inclusão ou exclusão*. Assim, a identidade muda como uma forma de contrato numa regulação prática da amplitude das alianças: uma variação para a formação de coalizões em que se obtenha a força mínima necessária para a vitória em vista da posterior partilha dos ganhos. Entretanto, em crítica posterior, com relação às correntes teóricas materialistas que tendem a atribuir a causa dos conflitos às disputas por recursos limitados em “mercados de violência” e à agência dos indivíduos, Schlee reconhece a incidência desses fatores, porém de forma secundária, somente sendo possível compreender “a lógica de ação dos atores” pelos condicionamentos sociais (p. 114). Um dos principais parâmetros para isso, segundo ele, são os “sistemas de crença”. Conforme aponta, dedicando ainda outro capítulo ao tema, é uma característica desses sistemas, independentemente de qual, não só no Islã, a tendência a estabelecer uma relação entre o poder e “pureza” (i.e. maior rigor na distinção e codificação das práticas religiosas) em

situações de disputa. Esse “enrijecimento” permite fundamentar reivindicações no jogo de inclusões e exclusões e aumentar estrategicamente o *status* de um agrupamento político. Tributário manifesto do pensamento de Mary Douglas,² Schlee afirma que a legitimação ritual do poder dá acesso aos outros recursos materiais e simbólicos pela observância de tabus e interdições – padrões de pureza exclusivos. Poder como recurso especial, para ele, não é, portanto, uma disposição individual – embora a agência individual desempenhe aí um papel catalisador –, mas o resultado de interações sociais. Um critério mais rígido de pureza leva a naturalizar hierarquias constituídas e, complementarmente, a uma maior projeção de distinção, um maior escopo de inimigos potenciais, bem como à maior legitimidade para subjugar; ao passo que períodos de menor disputa ensejam flexibilização. Schlee propõe pensar essas mudanças de identificação ao longo do tempo a partir de uma abordagem gradualista: um processo de estabilização desencadeado com a reação às novas condições – o que pode levar tanto a mudanças como à reprodução de padrões. Assim, alguns tipos de identificação podem mudar mais rápido do que outros ou em maior grau. As lógicas de inclusão ou exclusão estão pautadas, portanto, por uma equação relacional de “tamanho do grupo” que não diz respeito diretamente ao número de indivíduos que o compõem, mas às “qualidades” que os tornam mais desejados como aliados – nessa percepção, diferentes formas de “capital social” (p. 29) ou habilidades são consideradas.

No entanto, Schlee alerta que as alianças não dissolvem as fronteiras de grupo, sequer as borram; estas são destacadas e reafirmadas, conformando diferentes graus de contrato no pertencimento – um denominador comum capaz de tornar coesa uma coalizão marcada por diferenças internas. Ainda assim, para o autor, as alianças são eletivas e sempre implicam alguma sintonia extracontratual. Elementos não contratuais das alianças – para além de considerações estratégicas – envolvem a gama disponível de aliados potenciais e sua proximidade simbólica “qualitativa” na regulação de inclusões e exclusões conforme os interesses e necessidades. As estratégias de inclusão e exclusão sempre remetem a uma dimensão relacional entre os grupos em interação – não é possível compreendê-las se os grupos forem tomados separadamente; assim, nessa interação é operada uma torção dos campos semânticos dos grupos, “modificando as estruturas” (p. 43). As identificações abrem diferentes possibilidades de categorização que se sobrepõem de formas diversas – surgem novas combinações sintagmáticas de elementos paradigmáticos de identidade, por exemplo: língua, religião, classe, nacionalidade, grupo etário, clã, filiação política. Como são categorias fornecidas de antemão pelos campos semânticos, os atores decidem

² DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger*. Londres: Routledge, 2007.

a qual delas farão apelo – o que não significa que as outras características percam a relevância – e os critérios de legitimação identitária em ações políticas vão mudando conforme o contexto histórico. Essa alteração relacional de critérios proporciona também a reconfiguração contingente de alianças e inimizades – os recursos de inclusão e exclusão podem ser acionados de acordo com essa virtualidade dos “laços transversais” entre os grupos, tanto para a prevenção quanto para a escalada do conflito.

Nesse sistema mais amplo, haveria um nível de entendimento partilhado através das diferenças no concerto de normas e valores distintos. Ou seja, ainda que significados diferentes sejam atribuídos às mesmas coisas, segundo cada uma das partes, em um nível “metacultural” é possível pensar em entendimento e acordos. Trata-se de reconhecer inimigos ou aliados virtuais em um mesmo sistema social – aquilo que Schlee chama de “sistema interétnico de significado” (p. 62). Mais do que isso, passa-se a divisar a guerra como um sistema de relações e, portanto, de trocas: os inimigos entendem-se uns aos outros na medida em que a própria dinâmica do conflito impõe o empréstimo de expedientes. Pode-se inferir que, ao passo que as estratégias precisam ser ocultadas, complementarmente precisam ser espionadas. Corridas armamentistas são acompanhadas por corridas de significado; vantagens rivais, inclusive simbólicas, precisam ser conhecidas e apropriadas sob pena de morte na necessária dissuasão do oponente – verdadeira alteridade negativa em que pôr em mira é reconhecer reflexivamente. Nas palavras do autor: “Os inimigos se tornam parecidos. Assim, a semelhança se combina com a hostilidade e a diferença, com a interação pacífica” (p. 11).

Como aponta Schlee com relação a sua pesquisa, certamente ofensas não são esquecidas, e a vingança poderia ser pensada como motriz de um espiral. “A vingança e a contravengança levam à perpetuação do conflito” (p. 17). Daí as frustrações verificadas com a reprodução do conflito quando das tentativas de acordo. Ao propor uma “nova teoria do conflito” e desvelar uma alteridade da inimizade, mostrando como inimigos relacionam-se entre si em uma esfera sistêmica ampliada, o autor contribui com enorme peso para a desmistificação das interações violentas como antirrelações. Com os elementos que nos traz, poderíamos pensar em um nível relacional mais amplo ou uma positividade sistêmica própria do conflito – a qual ele procurou romper nos seus esforços pelos acordos de paz na Somália. É nesse nível sistêmico de comunicação, em que a guerra como troca entre semelhantes se insere, que Schlee aponta a possibilidade alternativa de integração que permeia todo o seu trabalho nas regiões de conflito. Envolvido em todas as fimbrias do recente processo de paz na Somália e

confrontado com suas desditas – preconceitos em relação ao islamismo e impasse dos projetos, reféns do beneplácito dos “senhores da guerra”, supostas lideranças existentes que, em última instância, lucravam com a manutenção da guerra –, Schlee propõe uma teoria engajada e com vistas à aplicação prática, permeada de considerações metodológicas (incluindo um capítulo sobre como ser “um analista de conflitos”).

Desmistificando a guerra como negatividade moral da paz, explicitando seus princípios sistêmicos (*functionalisation*), pode-se pensá-la como fato social e, portanto, avir-se com ela enquanto tal – o que não seria possível se a pensássemos como caos ou simples malogro – e, portanto, vislumbrar possibilidades de integração de diferenças como partes de um mesmo quadro de análise. No caso das guerras, furtar-se ao reconhecimento desses padrões, fechando os olhos para o que está em curso, conforme já demonstraram diversos casos, não equivale a solucionar os problemas. Schlee nos lembra, com um senso de urgência que experienciou em primeira mão, que não podemos esquecer essa face da questão.

REFERÊNCIAS

- DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger*. Londres: York: Routledge, 2007.
- LEACH, Edmund. *Political Systems of Highland Burma*. Oxford: Berg, 2004.

